

MUITO ALÉM DAS FRONTEIRAS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A DISCIPLINA HISTÓRICA

Leandro Pereira Matos
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrando em História
lehistoria@yahoo.com.br

Vanessa Silva de Faria
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestrando em História
nessasf2000@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é revisitar e reavaliar o contato e o diálogo entre a história e as ciências sociais. A interdisciplinaridade ajuda-nos a compreender o processo em que ocorreram algumas trocas teóricas e “empréstimos” conceituais entre essas disciplinas. A insatisfação com o predomínio das análises que privilegiavam o tratamento serial das fontes, a quantificação e a longa duração, desencadeou dentro da disciplina histórica, a partir da década de 1960, uma reação a esse modelo macroanalítico. Como resultado surgiram diversas experiências historiográficas, que apesar de suas divergências, tinham em comum um distanciamento da abordagem macro e o esforço em buscar a devida significação e importância da experiência dos atores sociais.

Palavras-Chave: interdisciplinaridade; Ciências Sociais; História.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é revisitar e reavaliar o contato entre a História e as Ciências Sociais. A interdisciplinaridade é privilegiada na medida em que nos ajuda a compreender os processos em que ocorreram algumas trocas teóricas e “empréstimos” conceituais entre essas disciplinas. A insatisfação com o predomínio das análises que privilegiavam o tratamento serial das fontes, a quantificação e a longa duração, desencadeou dentro da disciplina histórica, a partir da década de 1960, uma reação a

esse modelo macroanalítico. Assim, surgiram diversas experiências historiográficas que, apesar das divergências, tinham em comum um distanciamento da abordagem macro e o esforço em buscar a devida significação e importância da experiência dos atores sociais.

Roger Chartier no texto de introdução de seu livro *A História Cultural* inicia-o de forma taxativa, ressaltando que este conjunto de ensaios escritos entre 1982 e 1984, seria uma resposta à insatisfação perante a história cultural francesa dos anos 60 e 70, enquanto história das mentalidades e história quantitativa e serial. Institucionalmente, a História a esta época é apontada como pertencente ao grupo das disciplinas dominantes, legitimadas. No entanto, o avanço de disciplinas como a Linguística, a Sociologia e a Psicologia lançaram um desafio a essa dita legitimidade da História, criticando suas premissas metodológicas, desqualificavam seu empirismo. A hegemonia dos estudos que se dedicavam às conjunturas econômicas, demográficas e as estruturas sociais estavam sendo abaladas (2002b: 13-14). Entretanto, os historiadores responderam rapidamente

a esse ataque, segundo Chartier, captando objetos alheios, anexando territórios destas mesmas disciplinas que a alvejavam,

daí a emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc (2002b: 14).

Essa captação trouxe junto a esses novos objetos, formas de tratamentos sem precedentes na pesquisa histórica, a exemplo da análise linguística e semântica, a estatística sociológica e os modelos antropológicos, incorporados a partir de então à prática historiográfica, mas, que por outro lado não abriu mão do tratamento serial das fontes, da preferência pela quantificação, e da longa duração, por exemplo. “Nas suas grandes linhas a história das mentalidades construiu-se aplicando a novos objetos os princípios de inteligibilidade utilizados na história das economias e das sociedades” (2002b: 15). Sendo assim, o autor destaca que as mudanças e impasses de

uma disciplina devem ser entendidos na sua especificidade, na sua condição perante o campo universitário, seus legados interiorizados e posturas partilhadas (2002b: 15). Sua proposta: uma história cultural do social que tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social em suas formas e motivos; pensando-a e considerando-a “como análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço”. Resumindo, o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido (2002a).

A compreensão ou a premissa de que os homens constroem uma realidade no seu intelecto, constroem representações da realidade (a vida além do material), a organizam, classificam e tentam atribuir sentido e juízo de valor de forma coletiva, está no cerne da teoria de Chartier – uma ideia recuperada originalmente da obra de Émile Durkheim e Marcel Mauss (2002b: 18-19). Todavia, interessa-nos aqui menos o seu conceito de representação e proposta de história cultural, e mais o fato e as condições

que o incitam a criá-los, ou seja, a dita insatisfação com uma historiografia francesa e seu diálogo com o campo sociológico na elaboração de seu trabalho.

Por sua vez, o antropólogo Frederick Barth em muito influenciou a micro-história italiana. A atenção dada à ação individual, a interação entre os indivíduos e a percepção destes indivíduos enquanto atores sociais; a crítica às análises funcionalistas e estruturalistas que mascaram a diversidade; o conceito de cultura que privilegia o entendimento da realidade das pessoas como culturalmente construída, revelaram-se extremamente produtivos no campo da história.

Na aproximação da história com a antropologia cultural destacamos as contribuições de Clifford Geertz. Seu conceito de cultura semiótica inspirado na ideia de Max Weber de que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo construiu, a busca pela interpretação dos significados e a prática da descrição densa, influenciaram muitos historiadores.

Por fim, destacamos ainda as contribuições da sociologia das relações de poder sugerida por Norbert Elias.

Seu modelo analítico possibilitou avanços no entendimento das relações indivíduo/sociedade, e a interação entre grupos sociais, como veremos mais adiante.

Pretendemos tecer algumas considerações a partir destes incômodos, produzidos tanto pela insuficiente capacidade de elaborar respostas às novas perguntas colocadas frente à prática historiográfica, quanto pela inquietação gerada pelos novos diálogos interdisciplinares, que extrapolaram as fronteiras dentro das Ciências Humanas. Estamos cientes da infinitude deste tema, e devido aos limites deste artigo, nos deteremos na reflexão de algumas contribuições entre as Ciências Sociais e a História, desenvolvidas na segunda metade do século XX.

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA PARA A HISTÓRIA

Em relação à insatisfação com a historiografia francesa a que nos referimos acima, tomemos de empréstimo algumas considerações feitas por Carlo Ginzburg, que aponta para o desequilíbrio existente nas trocas historiográficas entre França e Itália,

tendo esta última recebido muito mais que dado. Escrevendo no final da década de 1970, o autor destacou que a relação entre os historiadores destes dois países não foi necessariamente imutável e, naquele momento, uma nova fase indicava o surgimento de novas tendências de investigação (1991: 169). Em *Os Fios e os Rastros* (2007) Ginzburg nos fala sobre os riscos de selecionar como objeto de conhecimento apenas o que é repetitivo (passível de serialização). Além do alto preço cognoscitivo que se pode pagar, o autor aponta o que para ele é o limite mais grave da história serial: “a identificação dos indivíduos com o papel que representam como atores econômicos ou socioculturais”. No seu entender,

essa ‘identificação’ é duplamente enganadora. Por um lado, põe entre parênteses um elemento óbvio: em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida, uma vez que as condições de acesso à sua produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio. Por outro lado, anula as particularidades da documentação existente em benefício do que é homogêneo e comparável (2007: 262).

O autor ainda aponta como óbvio que o conhecimento histórico implique a construção de séries documentais. O que não é tão óbvio assim, segundo ele, é a atitude do historiador frente às anomalias que afloram da documentação. E nesse ponto o “excepcional normal”, tão usado pelos historiadores da micro-história italiana, nos parece um pouco mais claro quando afirma que o documento único (o “hápax”), a rigor, não existe, pois “todo documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série e pode servir, se analisado adequadamente, a lançar luz sobre uma série documental mais ampla”. E mais, “reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia” (2007: 263-264).

Certo é que, ao longo da sua pesquisa, o pesquisador se depara com muitos obstáculos e os problemas de qualidade das informações coletadas é apenas um deles. Aqui nos parece esclarecedor recorrer mais uma vez ao Ginzburg, que nos ensina que “os obstáculos postos à pesquisa são elementos constitutivos da

documentação; logo, devem tornar-se parte do relato”. Assim, “a busca da verdade torna-se parte da exposição da verdade obtida”. Com a afirmação de que as lacunas e as distorções da documentação devem se tornar parte do relato, o autor mostra a sua desconfiança para com as narrativas que “comunicam ao leitor a certeza física, palpável, da realidade” e é categórico ao afirmar que “essa relação direta com a realidade só pode se dar no terreno da ficção: ao historiador, que só dispõe de rastros, de documentos, a ele é por definição vedado”. E como um grande estudioso de micro-história que é, escolhe o caminho oposto, “aceita o limite explorando as suas implicações gnosiológicas, transformando-as num elemento narrativo”, pois “todas as fases que marcam a pesquisa são *construídas*, e não *dadas*” (2007: 265-275).

É necessário que se fale da aproximação da história com outras disciplinas. Em “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, quinto capítulo de *A Micro-História e Outros Ensaios* (1991), mais uma obra do italiano Ginzburg, destaca-se a relação (desequilibrada) entre a história e a

antropologia. Grosso modo podemos dizer que essa relação interdisciplinar acentuou ainda mais o incômodo gerado pela “ilusão etnocêntrica” de uma história universal. Essa rejeição ao etnocentrismo levou o autor e outros estudiosos de micro-história “a analisar de perto uma documentação circunscrita, ligada a um indivíduo desconhecido, a não ser por ela” (2007: 263). A circunscrição, segundo esses estudiosos, ajuda a superar um grande obstáculo que se impõe à pesquisa quando a história e a antropologia se aproximam: a diversidade da documentação utilizada. A esse respeito, vejamos suas próprias palavras:

a complexidade das relações sociais reconstituíveis pelo antropólogo através do trabalho no terreno contrasta efetivamente com a unilateralidade dos depósitos de arquivo com que trabalha o historiador [...] os registros civis apresenta-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietário ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, enquanto autores e testemunhas de um processo. Mas assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada. Isto também é válido para as fontes mais ricas, de dados às vezes imprevisíveis, como os processos criminais ou

inquisitoriais. [...] Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos (1991: 173-174).

Durante um bom tempo as pesquisas em história foram marcadas pela influência da chamada história quantitativa, o que, de acordo com alguns estudiosos, contribuiu para aumentar a distância existente entre as fontes e as possibilidades de exploração dessas mesmas fontes. E essa constatação fez com que muitos historiadores renegassem a história quantitativa, alguns deles chegando mesmo a declarar a sua morte. Todavia, ela vem sendo ressuscitada (se é que algum dia esteve morta) e a dívida que temos para com ela, reconhecida. Mas esse “resgate” da história quantitativa e da história serial (investigação quantitativa de longo período), enquanto prática de pesquisa não deve ficar isenta de cuidados. Em outras palavras, devemos sim, ficar atentos à realidade distorcida dos fatos que a investigação quantitativa de longo período pode gerar, uma vez que:

na perspectiva de longo período é difícil compreender os problemas cotidianos da sobrevivência [...]. A vida real (expressão que encerra sem dúvida, elementos de ambiguidade) é largamente posta à margem. E a visão de longo período pode “gerar uma abstrata, homogeneizada história social, desprovida de carne e de sangue, e não convincentemente apesar do seu estatuto científico” (1991: 171).

Essa desconfiança em relação a investigação quantitativa de longo período expressa na citação acima, reforça a afirmação feita por Ginzburg a respeito das narrativas históricas que passam ao leitor uma certeza física e palpável da realidade e que parecem desconsiderar que essa relação direta com o real só se dá no nível fictício, sendo essa relação direta vedada ao historiador. Por sua vez, “o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa”. Mas esse olhar deve ter um caráter qualitativo (centrado principalmente nas elites), ou deve ser um olhar quantitativo (centrado em grupos sociais mais amplos)? Para Carlo Ginzburg, nem apenas um, nem apenas outro, mas antes os dois. Sua proposta consiste em combinar a ótica não elitista da análise quantitativa com

a investigação particularizada da análise qualitativa. Como resultado tem-se uma série de estudos de casos (*case studies*), sem que se excluam as investigações de tipo serial (1991: 176). Com isso outros temas e outros tipos de investigação estão sendo introduzidos. Contudo, não se configura como uma intenção da análise circunscrita proposta pela micro-análise, uma sobreposição do micro em relação ao macro, mesmo porque existem fenômenos que só podem ser apreendidos numa perspectiva macroscópica: “em nenhum caso a micro-história poderá limitar-se a verificar, na escala que lhe é própria, regras macro-históricas elaboradas noutro campo” (2007: 269; e 1991: 178).

Os historiadores italianos de micro-história, em especial Giovanni Levi e Ginzburg, polemizaram as posições relativistas (sobretudo àquelas que reduzem a historiografia a uma dimensão textual e lhe tira o valor cognoscitivo) que concentram a atenção nos fragmentos, ao invés de em conjuntos mais vastos. Ora, “a especificidade da micro-história italiana deve ser buscada nessa aposta cognoscitiva” (Cf. 2007: 277). De acordo com a proposta micro-histórica,

o importante quando da escolha de um tema não é a sua importância reconhecida, ou dada como evidente, ou o contrário, se o tema escolhido é ignorado ou relegado a âmbitos considerados inferiores. O que de fato faz a diferença nessas pesquisas é a insistência no contexto, ou seja, na aposta cognoscitiva de que outrora se falou.

Se, comumente, a escolha de um objeto de análise se dá segundo a sua tipicidade ou ainda por ser ele serializável, mais uma vez a proposta de análise dos estudiosos da micro-história italiana nos ajuda a percorrer o caminho oposto quando enfrenta a questão da comparação de uma forma diferente; “supondo como potencialmente mais rica a documentação mais improvável: a ‘exceção normal’”. E esse “caminho oposto” nos ajuda a perceber “que toda configuração social é o resultado da interação de incontáveis estratégias individuais: um emaranhado de que somente a observação próxima possibilita reconstituir” (2007: 276-277), sem nunca perder de vista, como outrora dissemos, que toda documentação em qualquer sociedade, é intrinsecamente distorcida, haja vista que as condições de acesso à sua

produção estão ligadas a uma situação de poder e, portanto, de desequilíbrio. Não se pode ignorar isso. Aqui, a consideração feita por Ginzburg ao texto de Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre* (1991), nos parece oportuna:

Aqueles historiadores – lembra N. Davis – que tendem a ver nos camponeses (e com maioria de razão nas camponesas) deste período seres quase privados de liberdade de escolha poderão objetar neste ponto que se trata de um caso excepcional, e portanto pouco representativo [...]. Na realidade, o argumento muda de sentido: é precisamente o caráter excepcional do caso Martin Guerre que lança luz sobre uma normalidade documentalmente imprecisa [...] (2007: p.183).

A reavaliação de processos macro-históricos teria levado a um crescimento das investigações micro-históricas, e uma das consequências disso seria a aproximação da história com a antropologia, propiciando aos historiadores vários temas negligenciados durante muito tempo, além de novos referenciais teóricos. O contrário, porém, não se verificou da mesma forma. Como indica Ginzburg, a contribuição da história para a

antropologia quase não ocorreu, com exceção de alguns poucos antropólogos que demonstraram algum interesse (1991: 172). No entanto, o próprio autor destaca que esta aproximação necessitaria superar muitos obstáculos, e o maior deles estaria, como já dissemos, na diferença e diversidade da documentação utilizada por ambas.

Uma saída para este dilema seria buscar o mesmo indivíduo ou grupo em contextos sociais diversos em várias fontes através do nome, tomando-o como guia. Nas palavras de Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”, uma espécie de bússola preciosa (1991:175).

O livro *Jogos de Escala* publicado na metade da década de 1990, surgiu como resultado de um seminário realizado em 1991, reunindo antropólogos e historiadores. Encontros desse tipo haviam sido comuns nas décadas de 70 e 80 e de acordo com Jacques Revel,

as questões e métodos de trabalho dos etnólogos exerciam um fascínio

duradouro sobre os historiadores, como no passado o haviam feito os dos geógrafos e a seguir dos economistas: a afirmação da etnologia histórica foi o resultado desse investimento e de uma tentativa de hibridação que a posteriori parece menos homogênea, talvez, do que parecia aos protagonistas da aventura (1998: 7).

Enquanto prática historiográfica, a micro-história deu seus primeiros passos no final da década de 1970 com os historiadores italianos e como bem nos indicou Ginzburg no tocante às “trocas desiguais e mercado historiográfico”, a Itália quase não alcançou visibilidade e inserção de suas pesquisas fora da península. A micro-história teve de enfrentar essas e outras dificuldades. O livro de Giovanni Levi, *A Herança Imaterial*, por exemplo, só foi traduzido para o francês em 1989 (1998: 9). Ainda segundo Revel, um dos motivos que fez com que a micro-história, durante muito tempo, não tivesse maior repercussão, foi o fato de não haver entre os historiadores que a praticavam um projeto único, que lhe desse o aspecto de uma escola. Sua característica principal foi, antes de tudo, a heterogeneidade e o seu surgimento, como *sintoma* da já

mencionada insatisfação com a predominância da perspectiva macrossocial e do enfoque macroanalítico, significando uma abordagem alternativa. A observação em escala reduzida possibilita, quando possível, a “reconstituição do vivido” dificilmente alcançada por outro modelo historiográfico, indagando as estruturas invisíveis em que esse vivido se articula (1991: 178). Assim entendida, Carlo Ginzburg define “a micro-história, a história geral, *ciência do vivido*: uma definição que procura compreender as razões tanto dos adeptos como dos adversários da integração da história nas ciências sociais – e assim irá desagradar a ambos (1991: 178, grifo do autor). Dito de outra forma, propusera rever convicções sobre a construção do social a partir da variação da escala de análise (1998: 9-11).

Que nem todos os temas e objetos se enquadrem na análise micro-histórica ou venham a adotar a sua proposta de trabalho, nos parece óbvio. Todavia, não podemos ignorar o fato de que ela (a micro-história) nos incita a lançar um olhar amadurecido sobre o nosso *métier* quando nos propõem fazer uma reflexão acerca das nossas

dúvidas, dos nossos receios, dos nossos limites, etc., o mesmo valendo para as fontes, assumindo-os como parte da narração. Ao falar da “ciência do vivido”, Ginzburg certamente não pensava somente no coletivo ou somente no indivíduo, pois “entre a forma e a substância há um hiato, que compete à ciência preencher” (1991: p. 178).

Mas a insatisfação demonstrada pelos micro-historiadores não foi o único “sintoma historiográfico” surgido a partir do final da década de 1970. Como bem demonstra Jacques Revel, nesses anos nasciam outras experiências que durante muito tempo não mantiveram nenhum diálogo ou ignoravam-se. Partindo de premissas diferentes e contraditórias, elas guardavam em comum um distanciamento da abordagem macro e o esforço em buscar a devida significação e a importância da experiência dos atores sociais. Podemos citar como resultados destes “sintomas”, a “história da vida cotidiana” alemã e as tentativas de aproximação da antropologia com a história (a lembrar do fascínio causado pela antropologia interpretativa e a descrição densa de Geertz),

movimentos paralelos à micro-história
(Revel, 1998: 10).

Em seus trabalhos, Clifford Geertz elaborou um conceito de cultura semiótico, inspirado na ideia defendida por Max Weber de que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo construiu – teceu (1989). Para o autor, a cultura é a análise das teias e as próprias teias; enquanto ciência ele acredita ser uma ciência interpretativa, em busca de significados. Seria então necessário entender o que é a prática da etnografia para entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento: um esforço intelectual para a elaboração de uma “descrição densa”, da busca de significados na transmissão de mensagens. Segundo o autor, a cultura existe quando existe uma teia de significados e as pessoas conseguem interpretar esses significados (a cultura seria pública). Ele então aponta que a etnografia é uma descrição densa. Sendo assim, é no comportamento, na ação social que as formas culturais encontram articulação,

e é nelas que os “etnógrafos” devem estar atentos. Os discursos sociais, que se traduzem em diversas formas, como por exemplo, um fato, um acontecimento, uma festa, etc. revelariam as complexidades da experiência social.

O que inscrevemos (ou tentamos fazê-lo) não é o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas àquela pequena parte dele que nossos informantes nos podem levar a compreender (1989: 30).

Uma característica interessante da descrição de Geertz é que ele assume praticá-la de modo microscópico. Em suas palavras, “o antropólogo aborda caracteristicamente tais interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos” (1989: 31). Ele acaba tecendo alguns comentários sobre uma questão que mais tarde seria muito cara a micro-história italiana em relação a variação de escala e diferenciação da “local history”. Para Geertz, os antropólogos “não estudam as aldeias, eles estudam nas aldeias”,

a noção de que se pode encontrar a essência de sociedades nacionais, civilizações, grandes religiões ou o quer que seja, resumida e simplificada nas assim chamadas pequenas cidades e aldeias “típicas” é um absurdo visível (1989: 32).

No entanto, Geertz recebeu inúmeras críticas, principalmente quanto a sua ideia de sistema e padrão, que acaba desconsiderando a questão da individualidade. Outro ponto criticado de sua teoria interpretativa é o de que ao se interpretar constrói-se uma lógica que pode ser exterior à comunidade analisada, não correspondendo na realidade o que os nativos pensam de si mesmos. De acordo com Simona Cerutti,

um dos postulados da antropologia interpretativa é, como se sabe, a alteridade radical do objeto de estudo; alteridade que pode ser ‘capturada’ pelo historiador por meio da decifração dos sistemas de significação enraizados nos comportamentos, nos textos, em cada forma do ‘vivido’ social (1998: 180).

Os historiadores que incorporam em suas pesquisas as premissas de

Clifford Geertz foram acusados de um relativismo cultural. Para Cerutti, os historiadores que seguiram o caminho interpretativo proposto por Geertz, como Robert Darnton, por exemplo, trabalharam acreditando que a simples incorporação sistemática da linguagem dos atores, seu vocabulário, cada expressão do social, permitiria o acesso a um universo cultural através da reconstrução da sua coerência. Essa postura denotaria uma passividade perante as fontes, reproduzindo discursos e perpetuando imagens distorcidas da construção social e cultural da realidade, ou melhor, de sua representação (1998: 180-181). A antropologia cultural, como afirmou Bernard Lepetit, considera “como um texto significativo o conjunto das ações, dos comportamentos, dos ritos, das crenças que formam o tecido social, e atribuiu como tarefa às Ciências Sociais decifrar o sentido desse texto” (1998: 85). Os micro-historiadores refutaram veementemente esses postulados, e buscaram na Antropologia Anglo-saxã seu norte.

Outro antropólogo que figurou entre as maiores influências dos micro-historiadores italianos foi, sem dúvida, o antropólogo norueguês Fredrik Barth.

Sua obra forneceu elementos fundamentais, como a noção de racionalidade limitada, incerteza, incoerência dos sistemas de normas, espaço dos possíveis, entre outras (ROSENTAL, 1998: 154). Barth extrapola os limites das explicações estruturais, atentando para cada variante comportamental, cada escolha por mais isolada que pareça; não acredita numa perfeita integração do mundo social onde os sistemas de normas seriam coerentes, logo, para ele, a sociedade é heterogênea, desigual, tanto em recursos materiais quanto cognitivos (ROSENTAL, 1998: 156). A interação entre as pessoas é privilegiada em sua análise do mundo social, na qual as relações sociais ocorrem num campo de incertezas, ou seja, toda ação social depende da ação e reação das outras pessoas. Inspirando-se na teoria dos jogos, coloca o indivíduo enquanto um ator social, ciente de seus atos, possibilidades e limitações. Paul André Rosental define muito bem essa questão em Barth, vejamos:

Ela [teoria dos jogos] faz do indivíduo um ator – ou, mais precisamente, ela o percebe no momento de efetuar uma escolha, de tomar uma decisão. Esta depende não

apenas dos seus recursos e das suas obrigações, mas também da sua previsão (em estado de incerteza) das ações ou das reações paralelas dos outros atores. Os comportamentos individuais não são mecanicamente determinados: eles refletem o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis (1998: 159).

Os indivíduos não são determinados em seu comportamento, como ficou visível no trecho acima, mas também não são totalmente livres, agem dentro de uma margem de manobra definida pela “gama de possíveis” à sua disposição.

Em sua análise dos grupos étnicos e suas fronteiras, Fredrik Barth destaca que o compartilhamento de uma mesma cultura deve ser percebido como consequência da organização dos grupos, e não o contrário. Estes, enquanto portadores de cultura, evidenciam traços culturais que tornam possíveis a sua diferenciação e definição. Barth considera os grupos étnicos como formas de organização social, o que por sua vez implica na relação entre atores sociais que lançam mão de suas identidades como forma de diferenciação, e categorização de si

próprios e dos outros. Sendo assim, a continuidade de um grupo étnico depende da manutenção de sua fronteira, e pressupõe situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas, deflagrando continuamente as suas diferenças culturais. Com isso, o autor desconstrói as visões preconcebidas de grupos étnicos, defensoras de que a manutenção das fronteiras não seria problemática, pois ocorreriam em situações de ausência de mobilidade, contato e informação (Cf. 2000: 25-35).

Dentre esses breves comentários da obra de Fredrik Barth, destacamos a atenção dada à ação individual, à interação entre indivíduos, a percepção destes enquanto atores; sua crítica às análises funcionalistas e estruturalistas que mascaram a diversidade; seu conceito de cultura, que privilegia o entendimento da realidade das pessoas como culturalmente construídas, em que as pessoas “agem e reagem de acordo com sua percepção de mundo, impregnando-o com o resultado de suas próprias construções” (2000: 111).

DA HISTÓRIA PARA A ANTROPOLOGIA

De acordo com Alban Bensa, a Antropologia e a Sociologia à medida que se constituíam como disciplinas na segunda metade do século XIX, foram aos poucos se desligando do domínio da história e propuseram suas próprias teorias e leis gerais sobre o comportamento do homem. Essas disciplinas se afastaram do singular, do factual, e buscaram o entendimento da sociedade em sua totalidade. Movimento similar ocorreu com a História nesta mesma época e “o interesse pelo cotidiano, pelo numeroso e pela longa duração” aproximou-a da Antropologia, culminando no desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, do estruturalismo. Contudo, a partir dos anos de 1960 começaram a surgir dentro da própria Antropologia, questionamentos e críticas ao paradigma estrutural; e na História, foi com os micro-historiadores, no final da década de 1970, que surgiram as críticas mais consistentes à longa duração e às mentalidades (Bensa, 1998: 40-41).

A micro-história está atenta ao detalhe, ao indivíduo e sua relação com o todo, à variação da escala, aos indícios, aos contextos; e busca através das fontes documentais as experiências

vividas e as singularidades do passado. Construiu uma relação extremamente próxima da antropologia, a saber, pelas contribuições de Fredrik Barth – algumas delas já mencionadas acima. No entanto, o caminho inverso, ou seja, o interesse na História por parte dos antropólogos, como Ginzburg nos lembrou, quase não ocorreu.

Marc Abélès, signatário de um dos textos do livro *Jogos de Escala*, aponta que abordagem “micro” aparece desde os primeiros momentos na literatura etnográfica como um pré-requisito da prática investigativa no acúmulo de uma “informação exaustiva” sobre o grupo que se estuda. Postura que tangencia a noção de “fato social total” originária em Durkheim e iniciada na etnografia por Mauss. Esse “micro” a princípio se define por uma delimitação mais específica do objeto, no seu espaço, e uma imersão no grupo, objetivando uma totalização, ou seja, a experiência do “micro” como um recurso metodológico através do trabalho de campo, para se construir “generalidades coerentes e sólidas” (1998: 103-104).

O campo oferecia a possibilidade de aprender simultaneamente aspectos

muito diferentes da realidade social, dando conta ao mesmo tempo de suas inter-relações. Delimitar um território, inscrever-se num grupo, era de alguma maneira oferecer-se um laboratório e a possibilidade de uma experimentação *in vivo* com os motores da vida coletiva (ABÉLÈS, 1998: 103, grifo do autor).

Marc Abélès esclarece que esse “micro” praticado é fruto de um recorte, alertando que o efeito de proximidade produzido por esse método não necessariamente garante um melhor conhecimento do objeto, já que muitos antropólogos não resistiram em cair na armadilha de “fetichizar o micro” (1998: 107-108).

O antropólogo Alban Bensa, também participante das discussões que produziram o livro *Jogos de Escala* e autor de um dos artigos que compõem o mesmo livro, tenta fazer uma crítica construtiva da antropologia a partir das discussões e proposições feitas pela micro-história:

sem dúvida, o trabalho de campo não é trabalho com arquivos, mas a valorização das expressões mais humildes, assim como das mais ostentatórias, de uma vida social bem delimitada é comum à abordagem microhistórica e à etnografia,

a não ser por uma – fundamental – diferença: as monografias etnológicas ditas “de gaveta” durante muito tempo foram perseguidas por um ideal de inventário exaustivo que devia, “sem nada omitir” (como aconselhava Mauss), situar todas as observações no mesmo plano. Se, de fato, nenhum paradigma organiza a litania de uma enumeração obsessiva inteiramente linear das coisas vistas ou ouvidas, é porque implicitamente se supõe que o “material” assim constituído *diga*, por sua própria espessura, o conjunto da sociedade estudada. Posteriormente, e eventualmente, a análise recorta a partir do exterior a matéria etnográfica básica (“os dados”) segundo as medidas das significações que lhe interessam (1998: 45).

A micro-história, diferentemente, demonstra situações sociais precisas a partir de uma massa documental, do detalhe revelador à compreensão dos contextos. A antropologia por sua vez, frequentemente homogeneizou o social, justapondo suas observações e anotações, camuflando o aspecto contraditório dos fatos, sua profundidade e dinâmica, negligenciando questões como contexto e temporalidade. Os micro-historiadores, já partem da perspectiva

da ação social enquanto uma negociação individual perante uma realidade normativa, ou “liberdade limitada” (BENSA, 1998: 46). De acordo com Bensa, a Antropologia preferiu generalizar ao invés de singularizar, crítica direta ao culturalismo que a seu ver “transforma as práticas singulares em signos pertinentes de um conjunto” (1998: 65).

OUTROS DIÁLOGOS: NORBERT ELIAS E A SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER

Em seu livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Norbert Elias, a partir da descrição de diferentes agrupamentos existentes no interior de uma comunidade nomeada Winston Parva, observa uma divisão entre um grupo de moradores mais antigos e outro composto por moradores recentes (2000: 19). Os moradores das áreas mais antigas, “os estabelecidos”, evitavam o contato social com os novos residentes, “os de fora”, excluindo-os e estigmatizando-os como humanamente inferiores. A relação entre os dois grupos restringia-se às necessidades exigidas pelo trabalho. Quase não existiam diferenças entre os dois grupos, como por exemplo, em relação

à nacionalidade, etnia, “cor”, ou mesmo ocupação profissional ou classe social; a única diferença considerável era o tempo de residência no local. De acordo com Elias,

ali se podiam ver as limitações de qualquer teoria que explique os diferenciais de poder tão-somente em termos da posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção, e que desconsidere os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados (2000: 21)

O autor aponta que o grupo de antigos residentes, seguidores de um estilo de vida e normas, possuidores de um padrão social construído por eles, compartilhavam um sentimento de status e de inclusão na coletividade pela vivência e tradições comunitárias, reforçado por um passado comum, reservavam para eles os cargos mais importantes e as posições sociais com alto potencial de poder, e viam nesses novos residentes uma ameaça. A superioridade de forças do grupo estabelecido, de acordo com Elias, se explica pelo alto grau de coesão entre as

famílias, enquanto os novos moradores eram estranhos inclusive entre si. Essas relações estabelecidos-outsiders, e a auto-imagem de grupos superiores em termos de poder perante outros interdependentes são equivalentes tanto nos casos como de Winston Parva, como na relação entre as diversas religiões, entre “brancos” e “negros” e entre nações poderosas em relação a nações pequenas e impotentes, etc. Nesse último caso, Elias destaca o papel das “fantasias coletivas” e das relações entre o ideal de “eu” e o ideal de “nós”, elucidando de modo pertinente que a auto-imagem e auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros pensam dele, e ao sucesso do controle do grupo perante o indivíduo. Sem cair em um determinismo, pois considera impossível que os indivíduos sejam transformados numa sociedade de robôs. Alerta que na atualidade tem sido comum não se distinguir a estigmatização grupal de preconceito individual e não relacioná-los entre si. Outra questão interessante levantada por Norbert Elias é a do efeito causado pela estigmatização dos grupos outsiders imposta pelos estabelecidos. A desumanização, a humilhação e a opressão acabam incutindo imagens

negativas nos “não-estabelecidos”. Como o próprio autor diz: “dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa” (2000: 30). Com o exemplo de Winston Parva ele mostra que com o desprezo e exclusão, a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada e acabavam revidando, portando-se mal e de maneira ainda mais deliberada. Nesse sentido, Elias busca um equilíbrio entre a autonomia total do indivíduo e a visão oposta de total dependência do indivíduo ao grupo, aponta para uma elasticidade, porém limitada.

A visão, hoje muito difundida, de que um indivíduo mentalmente sadio pode tornar-se totalmente independente da opinião do “nós” [*we-group*] e, nesse sentido, ser absolutamente autônomo, é tão enganosa quanto a visão inversa, que reza que sua autonomia pode desaparecer por completo numa coletividade de robôs (2000: 40)

Para Norbert Elias, a elaboração de um conceito que dê conta da relação estabelecidos-outsiders preenche uma lacuna conceitual, “uma lacuna que nos impedia de perceber a unidade estrutural comum e as variações desse tipo de relação, bem como explicá-las”

(2000: 22). O que foi encontrado naquela pequena comunidade seria então um “tema humano universal”, a auto-representação de grupos mais poderosos como humanamente superiores a outros grupos interdependentes, vistos como piores e dotados de qualidades ruins. Mesmo reconhecendo as possíveis limitações de se buscar “aspectos de uma figuração universal” em uma comunidade, sua proposição perante um recorte próximo do objeto de estudo é de que,

o uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala (2000: 20).

Norbert Elias traça ainda algumas críticas aos procedimentos da pesquisa sociológica, principalmente em relação à análise estatística, tida

como a única portadora da certeza impessoal. Propõe o método de análise e sinopse das configurações, através do teste de um modelo hipotético elaborado a partir de observações preliminares, como no caso de Winston Parva, realizando-se entrevistas e observação sistemática.

Sua obra tem influenciado outras áreas de conhecimento além da História, como por exemplo, os estudos em Educação, que tem produzido pesquisas e levantado questões teóricas partindo das leituras de seus textos. A mudança de perspectiva perante a escola enquanto instituição e lugar de saber, juntamente com as ideias de Elias, têm contribuído na reavaliação das relações de poder dentro da sala de aula, situações de exclusão, estigmatização e preconceito no ambiente escolar, entre outras.

Seu modelo de análise extrapola o campo sociológico e sua visão de indivíduo e sociedade, ação individual e coletiva, mesmo que limitada pelas possíveis e esperadas diferenças inerentes a cada grupo analisado, cada região, país, formas de organização cultural e social, e à incerteza perante a ação individual, é um excelente parâmetro de proposição e comparação,

por tratar temas comuns aos seres humanos, temas universais. É claro que não se propõe nenhuma camisa-de-força teórica, pois como o próprio Elias afirma, este é um modelo pronto para ser testado, ampliado e revisto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este texto fazendo referência a uma dita insatisfação com a história, ou pelo menos com a forma com que ela era praticada. A micro-história e outras propostas contemporâneas foram caracterizadas como um “sintoma historiográfico”. A metáfora do “sintoma”, nos parece, sugere que a disciplina histórica estava acometida por uma doença, que alguns até dariam o nome de “transtorno obsessivo-compulsivo quantitativo e serial”, enquanto outros discordariam plenamente. Se é que a história esteve doente (ou melhor, a historiografia) ao menos se pode dizer que sua cura foi muito positiva, já que a tão citada insatisfação geradora de tremendo incômodo produziu reações das mais diversas. Esqueçamos por um instante as divergências e críticas, todos esses sintomas contribuíram ao seu modo para um incrível avanço teórico e

metodológico da História, e por que não dizer das Ciências Humanas. O diálogo entre a antropologia, a história, a sociologia, entre outras disciplinas tornou-se essencial, e não é por acaso que se valoriza tanto a prática interdisciplinar atualmente. O que estamos querendo dizer é que o diálogo foi e continua sendo imprescindível, mesmo quando ele ocorreu de forma ríspida, através de críticas duras e desqualificação de teorias, conceitos e pesquisas. Como já dissemos, seu resultado foi a construção de uma obra maior feita por muitos braços e mentes: o amadurecimento das nossas ciências humanas e sociais, e que na história da história gerou diversos frutos.

De uma insatisfação com uma forma de se fazer a História, surgiram diversas alternativas: uma história do cotidiano, a aproximação com a antropologia culturalista de Geertz e seu encontro com Weber; a micro-história italiana e as contribuições do antropólogo Fredrik Barth; a história cultural proposta por Roger Chartier e o retorno a Durkheim e Mauss; as contribuições de Norbert Elias; isso sem falar na renovação da história política e econômica, resultado desses diálogos contínuos. Mudanças teórico-

metodológicas que são muito maiores e abrangentes do que as apresentadas aqui de forma resumida, quase esboçada.

Abstract

The aim of this paper is to revisit and reassess the contact and dialogue between history and social sciences. The interdisciplinary approach helps us understand the process that occurred some theoretical exchanges and "loans" conceptual between those disciplines. The Dissatisfaction with the predominance of the analysis that favored the serial treatment of sources, quantification and long-term, triggered within the historical discipline, from the 1960s, a reaction to the macro-analytic model. As a result there were several historiographical experiments, despite their differences, they had in common a departure from the macro approach and effort in seeking the meaning and importance of the experience of social actors.

Key words: interdisciplinarity; Social Sciences; History.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, M. O racionalismo posto à prova de análise. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

- BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CERUTTI, S. Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- _____. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1989.
- GINZBURG, C; PONI, C; CASTELNUOVO, E. O Nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- _____. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- _____. Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REVEL, J. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSENTAL, P. A. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a micro história. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.